

FONTES DE INFORMAÇÕES MAIS CITADAS EM EDUCAÇÃO SOBRE A QUESTÃO RACIAL: UM ESTUDO CIENTOMÉTRICO NAS UNIVERSIDADES MINEIRAS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-105>

Data de submissão: 09/03/2025

Data de publicação: 09/04/2025

Cristiane Maria da Silva

Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento
Universidade Federal de Minas Gerais
crislagoa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7661-3813>
<http://lattes.cnpq.br/6396313014558112>

Marília de Abreu Martins de Paiva

Doutora e Mestre em Ciência da Informação
Fonte: Times New Roman
Universidade Federal de Minas Gerais
bibliomarilia@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-0155-4043>
<http://lattes.cnpq.br/5084323621859190>

RESUMO

Buscamos demonstrar quais as fontes mais citadas nas teses e dissertações defendidas no estado de Minas Gerais, em instituições mantidas pelo Governo Federal, que possuam como temática a questão racial, o racismo e as ações afirmativas na área da educação. Para tanto, utilizamos a cientometria para exteriorizar informações métricas. Realizamos a pesquisa por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e utilizamos o Microsoft Office Excel® para elaborar planilhas. No Brasil, as relações de sujeitos entre si e com o mundo atestam uma deterioração em desinformação. É imprescindível lembrar que a Ciência da Informação avocou seu fundamental papel na promoção da ciência e da tecnologia e que continua executando sua função social. A história oficial brasileira caracteriza-se pelo apagamento, subjugação e desinformação em desfavor da população negra, e refletir como o racismo, bem como suas formas de expressão, é algo pretendido na Ciência da Informação, sendo vital para complexificar as práticas informacionais de grupos e indivíduos. Os Estudos Métricos da Informação salientam-se nas propriedades estatísticas em descobrir relações e princípios coesos aos objetos informacionais. A cientometria é um exemplo de estudo métrico da informação, sendo capaz de medir a notoriedade científica de universidades e centros de pesquisa. O universo da pesquisa compreendeu dissertações e teses defendidas entre 2003 e 2021. Utilizamos os termos de busca, “racismo”; “negros”; “negritude”; “movimento negro”; “relações raciais”; “questão racial”; “ações afirmativas”; “lei de cotas”, “cotas raciais” e “cotas”. Ao todo foram utilizadas 102 comunicações científicas e 7.061 fontes. Como resultado, foi verificado que as fontes mais utilizadas foram “Epistemologias do Sul”, seguida por “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra” e “Superando o racismo na escola”. A questão racial envolve toda a sociedade brasileira e, nesse contexto social de opressão, as ações promovidas por grupos, movimentos, comunidade acadêmica buscam demonstrar e enfrentar a face cruel do racismo. Nesse sentido, conhecer fontes mais relevantes é importante para a luta antirracista. Podemos contribuir para a ampliação do tema na Ciência da Informação.

Palavras-chave: Estudos métricos. Cienciometria. Questão racial.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como temática central a questão racial e as ações afirmativas (AA), utilizando a produção acadêmica das Instituições de Ensino Superior (IES) mantidas pelo Governo Federal do Brasil no Estado de Minas Gerais (MG), com recorte nos cursos de doutorado e mestrado em Educação, disponibilizados por meio do Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com esse fim, utilizamos a cientometria para revelar informações métricas relacionadas ao tema no período de 2003 a 2021.

Assim, buscamos saber quais as fontes mais utilizadas, apresentadas na produção de teses e dissertações em educação sobre a questão racial no âmbito das IES em MG.

Conforme Silva (2021), é urgente o debate sobre a luta antirracista, não sendo possível neutralidade. A universidade reflete a sintonia com a sociedade, o que leva também a expressar as contradições, os pensamentos e as lutas presentes nos contextos sociais (Coêlho, 1980).

Segundo o Censo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022), a população que se denomina como parda é a maior do país, com 45,3%; os brancos são 43,5%; pretos são 10,2%; indígenas são 0,6% e amarelos 0,4%. Para o IBGE a população negra corresponde a soma de pardos e pretos, totalizando 55,5%. Quanto aos indicadores referentes aos fatores educacionais, no estudo de 2019 sobre "Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil", os negros são a parcela populacional com menor índice de alfabetização. Com uma tímida melhora entre os anos de 2016 e 2018. A área da educação é a mais impactada por políticas de AA com foco na reparação histórica em favor dos negros, e isso justifica a escolha da área para o desenvolvimento da pesquisa.

A escolha do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTD) como base de dados deve-se ao seu extenso acervo, que remonta a 1987. Além disso, essa Coordenação, promovedora da pós-graduação brasileira, responsável por 75% das bolsas de pós-graduação no país, disponibilizou, no ano de 2023, 103,2 mil bolsas (Brasil, 2024). Esse fato demonstra a relevância e a importância do CTD no contexto da pesquisa e da formação acadêmica no Brasil.

O ano de 2003 foi escolhido por ser o primeiro no qual se encontrou produção científica sobre a temática no estado, disponível no CTD da CAPES, que permitia a cópia de dados para análise.

O objetivo é conhecer quais são as fontes que tratam da temática, que são mais citados pelas pesquisas em educação realizadas pelos Programas de Pós-Graduação (PPGs) das IES mantidas pelo Governo Federal em MG. Além disso, esse procedimento foi necessário para efetuar um levantamento das teses e dissertações defendidas nos PPGs nos anos de 2003-2021 que reflitam os temas; identificar, por meio de um estudo cientométrico, as fontes que são mais citadas nessas produções.

Passaremos agora ao embasamento teórico dos temas, como a CI tem abordado a questão racial, adentrando nos estudos métricos da informação e cientometria, pela explanação da metodologia, e as fontes mais citadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Valério, Garcia (2013) expõem que há um inquietamento no âmbito da CI, por parte de alguns intelectuais que se interessam por temas humanitários, como desigualdades e diversidades entre grupos, que expressam uma preocupação em identificar e desenvolver pesquisas que possuam como objeto as questões sociais, incluindo aquelas que os afrodescendentes vivenciam.

Segundo Moura (2021), a corroboração do cunho medular do racismo e seus reverberios na Ciência da Informação pleiteia um entendimento do modo que as balizas coloniais de repressão, frequentes no arranjo colonial, exprimem o conhecimento produzido. Percebemos o discurso colonial ao fixar aquelas narrativas reguladoras utilizando os discursos de poder e dominação. A epistemologia da ignorância manifesta-se na manutenção da branquitude em posições de poder, que concebe e promove o conhecimento considerado valioso. O discurso colonial e a epistemologia da ignorância, portanto, consistem em projetos de conhecimento que aduzem o desprestígio de signos como também a aniquilação de saberes e o favorecimento cultural em defesa da branquitude.

Aquino (2007) atenta-nos que a informação é o componente fundamental para o conhecimento, contudo, em sociedades nas quais impera a exclusão social, o preconceito, o racismo, a xenofobia, a discriminação e a homofobia, a informação adquire status de artigo de valor. No Brasil, as relações de sujeitos entre si e com o mundo atestam uma deterioração em desinformação. É imprescindível lembrar que a CI avocou seu fundamental papel na promoção da ciência e da tecnologia e que continua executando sua função social. Além dos temas referentes às demandas informacionais dos usuários, novas premências têm sido modeladas e acrescentadas, norteadas na informação e no conhecimento. Nesse sentido, pesquisas que enfatizem temas como racismo, antirracismo e políticas de ações afirmativas precisam ser estimuladas na CI.

Costa e Melo (2021) convidam-nos a pensar o racismo dentro da revivificação do processo colonial, colocando a perspectiva de descolonização como algo articulado e pensado no interior da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), fundamental para problematizar as práticas informacionais coletivas e individuais. Entende-se que esses campos devem ter condições epistemológicas para a busca de uma emancipação de diversos tipos de opressões e dominações, ao articular a interdisciplinaridade como uma política de construção de ações e de pensamentos libertadores.

Costa e Melo (2021) afirmam que a história oficial do Brasil é marcada pelo apagamento, a subjugação e a desinformação quanto à concepção de grande parcela populacional do povo negro, configurando-se como um viés estruturante.

Ao depreciar a relevância e o papel social desse povo, ocorre um mascaramento e uma desvalorização da demanda por reparação histórica. Refletir sobre o racismo na reformulação do modo colonial apresenta a perspectiva de descolonização como algo harmonizado e pretendido dentro da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), essencial para enriquecer as práticas informacionais de grupos e indivíduos (Costa e Melo, 2021).

Muitas realizações foram materializadas em nível nacional na luta antirracista, dentre elas citamos a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição cidadã”, por ser mais pluralista e democrática, e a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição focada no incremento da igualdade racial, promoção, difusão e preservação da cultura, história e valores sociais da população negra brasileira, reconhecendo a diversidade cultural e suas contribuições na constituição do país (Moura, 2021).

No mesmo sentido de conquistas, podemos dizer que as ações afirmativas (AA) tornaram-se fundamentais para a população brasileira. Piovesan (2007, p. 40) aborda que as ações afirmativas são “políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório” e que possuem a finalidade pública indispensável para a existência de um projeto democrático, que é a de garantir a pluralidade e a diversidade social. São consideradas medidas concretas que tornam possível o direito à igualdade, considerando que a base para a igualdade está no respeito à diferença e à diversidade. Por meio delas é possível transitar da igualdade formal para a igualdade material e substantiva.

Segundo Santos (2018), as AA referem-se às iniciativas (privadas e/ou públicas) que objetivam modificar realidades sociais marcadas por desigualdades estruturais, destinadas à inserção de grupos com históricos de exclusão social. Quando promovidas pelo poder público, buscam uma melhor alocação de recursos e bens sociais. Podem ser identificadas como políticas públicas redistributivas quando aplicadas à educação, identificando-se como políticas compensatórias que respondem aos anseios de luta contra as desigualdades educacionais de grupos desfavorecidos.

A proposta de AA fundamenta-se em uma análise do ideal da igualdade de direitos. Contudo, essa igualdade formal não assegura oportunidades aos que não possuem acesso como aqueles que são socialmente privilegiados (Jaccoud e Beghin, 2002).

As políticas de AA surgiram na Índia em 1919 (dirigidas ao grupo social mais fragilizado naquela sociedade, os dalits conhecidos como “intocáveis”, visando promover melhorias na condição

de vida comparado ao grupo dominante, os brahmin). Nos EUA, porém, é que o termo popularizou-se. A história norte-americana já possuía políticas públicas que buscavam corrigir as assimetrias de condições de qualidade de vida, percebidas entre brancos e negros, que estão presentes desde a pós-abolição.

O termo “ações afirmativas” foi utilizado em 1960 pelo presidente norte-americano, Lyndon Johnson, designando as políticas que visavam modificar o cenário de desigualdades étnicas. Os campos nos quais mais houve práticas de políticas de AA foram o sistema educacional e o mercado de trabalho (Wedderburn, 2005; Jesus, 2011; Santos, 2018).

Outros países como Canadá, Malásia, Austrália e África do Sul seguiram a metodologia dos EUA, criando modelos semelhantes. Na Europa, essas ações eram conhecidas como “discriminação positiva”, que começou a se popularizar a partir de 1976, principalmente na França. O que perpassa todas essas medidas é a necessidade de criar oportunidades de acesso para determinados grupos que possuíam histórico de desigualdade, para que, por meio da ação do Estado, pudessem ter garantias a esses bens sociais, a fim de lhes garantir a igualdade entre todos (Piovesan, 2007).

As primeiras discussões brasileiras quanto às políticas públicas voltadas para a ascensão da população negra deram-se em 1993, quando Abdias do Nascimento apresenta, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei n.º 1.332, que tratava sobre ação compensatória visando à implementação do princípio da isonomia social do negro em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira que lutava pelas ações afirmativas, contudo o projeto não foi aprovado (Santana, 2015).

Voltaram a ser discutidas as ações afirmativas em 1996, durante um seminário internacional que ocorreu em Brasília, intitulado “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, promovido pelo Ministério da Justiça (Guimarães, 2005).

Devido às diferentes formas como o racismo e a discriminação racial apresentam-se no Brasil, bem como os diferentes fenômenos envolvidos na questão, há necessidade de viabilizar um conjunto de instrumentos para a promover ação de combate à discriminação e à integração do negro na sociedade brasileira (Santos, 2007).

As AA têm por objetivo atuar como um instrumento do Estado para promover essa integração. Com a introdução do tema por meio das discussões que surgiram a partir da “Carta do Rio” e das discussões advindas por meio da Conferência de Durban, não houve um esclarecimento profundo que o tema exigia, ficando o debate polarizado entre os que o defendiam e aqueles que se posicionaram contrários a políticas públicas específicas para os negros ingressarem no ensino superior, especialmente por meio de cotas. Não havia a discussão, por exemplo, sobre o que são AA, e que elas não se limitavam às cotas (Santos, 2007).

Para Piovesan (2007), a discriminação impede que os direitos políticos, civis e sociais sejam exercidos em plenitude. Assim, é necessário que ações de discriminação sejam punidas, sendo que, para enfrentar o preconceito, é necessária a aplicação do direito à igualdade, porém somente isso não é suficiente para garantir que haja igualdade plena. É preciso unir as políticas compensatórias com a proibição de discriminação. Assim, mais que legislação punitiva, é necessário estimular a inclusão de grupos vulneráveis, por meio das políticas de AA.

Nesse contexto, as ações afirmativas posicionam-se como poderoso instrumento de inclusão social. Essas ações consistem em medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva para grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupos (Piovesan, 2007, p. 40).

Segundo Jaccoud, Beghin, (2002), as políticas de AA podem ser de três tipos:

- ações repressivas: são aquelas que se projetam contrárias a condutas e comportamentos, visando combater o ato discriminatório – a discriminação direta – apoia-se na legislação criminal existente. Esse tipo de política tem como ponto de ação as discriminações que são implícitas, que ocorrem de forma velada, resultando na exclusão de caráter racial. São ferramentas nessas ações o aparato legislativo (Jaccoud, Beghin, 2002); exemplo desse tipo de AA é a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que ficou conhecida como Lei Caó;
- ações afirmativas: objetivam combater o resultado da discriminação, atuam combatendo o processo de eliminação/silenciamento de grupos, dos espaços valorizados da vida social, buscam certificar a oportunidade de acesso aos grupos discriminados, dilatando-lhes a participação em diferentes setores da vida institucional, política, cultural, econômica e social. Possuem característica temporária, visam reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão (Jaccoud, Beghin, 2002). Exemplo dessa ação seria a Lei n.º 12.990, de 9 de junho de 2014;
- ações valorizativas: são aquelas que visam combater estereótipos historicamente construídos negativamente e consolidados por meio da prática de preconceitos e racismo. Têm como objetivo o reconhecimento e a valorização da pluralidade étnica como marca da sociedade brasileira, valorizando a comunidade afro-brasileira, destacando sua contribuição e seu papel histórico na construção nacional. Possuem caráter permanente e não focalizado, concentrando tanto na população racialmente discriminada, como também sendo objeto da ação de toda a população, possibilitando reconhecer a sua diversidade étnica e cultural (Jaccoud, Beghin, 2002); um exemplo de ação, é a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Uma vez que rememoramos um pouco sobre como a CI tem abordado o tema, e sobre as conceituações e histórico das AAs, abordaremos um pouco sobre os Estudos métricos.

2.1 ESTUDOS MÉTRICOS DA INFORMAÇÃO

Os Estudos Métricos da Informação (EMI) em CI, segundo Saracevic (2009), salientam-se nas propriedades estatísticas em descobrir relações e princípios coesos aos objetos informacionais, aos processos e estruturas, indicando regularidades e simetrias em suas dinâmicas e distribuições e assim estabelecer padrões e formular leis.

Segundo Oliveira (2018), as técnicas quantitativas em CI integram o grupamento de conhecimentos pertinentes à análise da informação e da produção científica, amparam-se na “Sociologia da ciência” e aplicam quantificações e técnicas vindas de áreas, como estatística, matemática e computação. Devendo ser observados além dos dados frios, ou seja, apenas valores numéricos, esses devem ser analisados em consonância com o contexto no qual despontaram. Nesse sentido, devem ser considerados também o comportamento científico, possuindo como base os indicadores bibliométricos, as análises sociais, históricas e epistemológicas da conjuntura na qual os dados se originaram.

Curty e Delbianco (2020) expõem a interdisciplinaridade dos EMI, ao operarem inúmeras teorias das mais variadas áreas de conhecimento, abarcando as leis bibliométricas, a lei de Lotka, as leis de Bradford e a Lei de Zipf, que contribuíram para o assentamento do campo dos EMI.

Dentre esses Estudos Métricos, conceituaremos o que é cientometria e análise de citações.

2.1.1 Cientometria

Macias-Chapula (1998, p. 134) retrata a cientometria como "o estudo dos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica". Cunha e Cavalcante (2008, p. 81) descreve cientometria como “disciplina que tem por objetivo medir as atividades de pesquisa científica e tecnológica (PCT) mediante insumos (mão-de-obra, investimento) e produtos (equipamentos, produtos, publicações)”.

Para Silva e Bianchi (2001, p. 6), cientometria é a aferição do crescimento tecnológico e científico que compreende a avaliação quantitativa e a análise das interdependências da produtividade, atividade e progresso científico, apoiando-se na execução de metodologia numéricas para estudar a quantificação científica. Esse estudo é capaz de medir a notoriedade científica de universidades e centros de pesquisa, tendo potencial para ser utilizado em programas de política científica, por

intermédio de suas análises, discernindo áreas nas quais seja essencial maior emprego capital (humanos e financeiros) e compreensão do avanço do campo científico.

2.1.2 Análises de citações

Para Macias-Chapula (1998), a citação é a maneira mais utilizada para reconhecer e atribuir créditos na ciência. A análise das citações é realizada em estudos bibliométricos e cientométricos, também podendo ser aplicada na avaliação de trabalhos de pesquisa em diversas áreas, sendo considerada eficaz para o reconhecimento científico, para a avaliação da pesquisa e de pesquisadores.

A análise de citações é um método de investigação quantitativo, utilizado pelos EMI para medir visibilidade e impacto de autores dentro de uma comunidade científica, analisando quais doutrinas de pensamento possuem maior aceitação dentro dessa comunidade. Também possibilita identificar as fontes de informação utilizadas, tornando possível conhecer como se desenvolve a comunicação científica naquela comunidade, mapeando teorias e metodologias da área em questão. Os resultados dos estudos de análise de citações podem constituir ferramentas importantes para a compreensão da comunicação científica, que evidenciará as peculiaridades do processo de produção de conhecimentos, e o desenvolvimento de análises qualitativas (Vanz e Caregnato, 2003).

Rosas, Almeida e Silva (2020) afirmam que, para que seja possível um conhecimento científico novo, é necessário incorporar o conhecimento anterior. Por meio da citação de trabalhos diversos, é possível visualizarmos esse método de novos conhecimentos, havendo um fluxo constante que passa pelos processos de produção, registro, organização e socialização e introjeção, que se expressa por meio de citação. Nesse processo helicoidal, infinitos conhecimentos são produzidos. A citação de um conhecimento anterior no texto, em uma lista de referências, possui como objetivo orientar sobre a dinâmica de como foi construído aquele novo conhecimento.

Passaremos agora a conhecer o processo metodológico utilizados na pesquisa.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui método de abordagem quantitativa, de natureza aplicada. Quanto aos objetivos, é exploratória e descritiva, e quanto ao procedimento, caracteriza-se como bibliográfica. O enfoque usado foi o da cientometria. O universo da pesquisa compreendeu dissertações e teses defendidas entre 2003 e 2021. Pesquisa realizada entre os dias 1º e 15 de setembro de 2022. Os dados foram inseridos no *Excel®*.

Para o levantamento bibliográfico, utilizamos os bancos de dados disponíveis por meio do CTD da CAPES e dos repositórios institucionais das IES mineiras. Primeiramente houve o

levantamento bibliográfico no CTD da CAPES, nos quais utilizamos as seguintes palavras-chave: racismo, negro, negritude, movimento negro, questão racial, ações afirmativas, lei de cotas, cotas raciais e cotas. Considerando que, entre os termos de pesquisa, havia elementos compostos, utilizou-se o sinal gráfico de aspas para evitar a recuperação dos termos isoladamente. A Figura 1 demonstra o procedimento metodológico.

Figura 1: Procedimento metodológico



Fonte: Elaboração própria (2023).

Seguimos para os resultados alcançados.

4 RESULTADOS

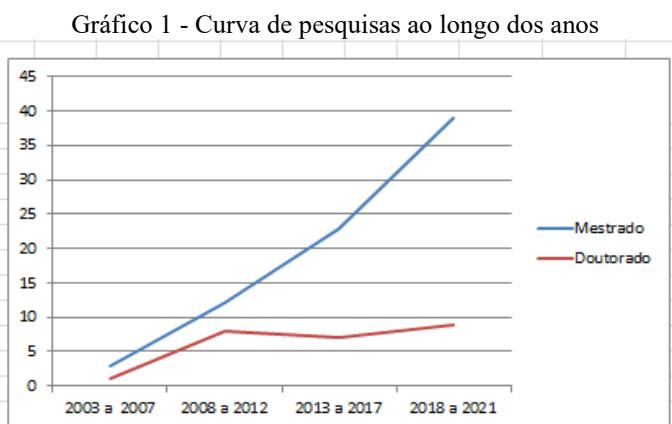
Na primeira busca tivemos o retorno de 188 comunicações científicas, retirando aquelas que estavam em duplicidade, aquelas que não abordavam o tema ou não permitiam cópia dos dados para análises. A partir dos acertos e reduções, tivemos 102 comunicações científica como objeto final da pesquisa, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Universo da pesquisa

Comunicações científicas	Quantidade
Quantidade de documentos retornados	188
Documentos repetidos	41
Não abordavam o tema ou não permitiram cópia	31
Quantidade de documentos únicos	147
Documentos selecionados para a pesquisa	102

Fonte: Elaboração própria (2023).

No Gráfico 1, temos a visão do crescimento quantitativo de comunicações científicas relacionadas ao tema.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Foram analisadas 7.061 fontes, as cinco mais citadas encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2: Relação das fontes mais citadas

Fontes	Quantidade
Epistemologias do Sul	35
Redisputindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional <i>versus</i> identidade negra	30
Superando o racismo na escola	30
Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil	26
Escritos de Educação	25

Fonte: Elaboração própria (2023).

5 DISCUSSÃO

Percebemos uma maior quantidade de pesquisas de mestrado, com grande crescimento após 2012, sendo uma curva em ascensão. Quanto aos estudos de doutorado, percebemos um crescimento até 2010, com uma pequena queda voltando a ter ascensão após 2015.

Quanto às fontes mais citadas, iniciemos pela primeira, Epistemologias do Sul.

Santos e Meneses (c2010); Paiva (2015); Santos, Araújo e Baumgarten (2016) comentam que Epistemologias do Sul, organizado por Boaventura de Sousa Santos e Maria de Paula Meneses, discute a colonialidade do saber e o pensamento abissal da epistemologia moderna. O pensamento abissal realiza-se pela definição unilateral de margens que delimitam as experiências e saberes que são úteis, sendo os que ficam de um lado aqueles reconhecidos e considerados significativos, e os do outro lado da linha são considerados sem valor ou danosos, sofrendo apagamento ou supressão. Há uma hierarquia sobre as epistemologias que refletem um padrão no qual epistemologias (alternativas, insurgente, subalterna e de resistência) foram suprimidas com o processo de colonização. Esse

pensamento vigora atualmente para além do fim do colonialismo político. Para combatê-lo, propõem uma iniciativa epistemológica embasada na ecologia dos saberes e na tradução intercultural. É considerado para muitos estudiosos como um dossiê sobre a epistemologia do Sul. Além dos próprios organizadores, também traz textos produzidos por grandes pensadores, como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Anibal Quijano, entre outros, que fazem desse livro fundamental quando se propõe discutir temas de relevância social e que contemple populações silenciadas e subjugadas.

Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra debate as desigualdades racial e social, suas origens e consequências para a formação do país. Esse documento resgata as doutrinas racistas que surgiram nos séculos XIX e XX, principalmente as europeias, que inspiraram as correntes filosóficas e sociológicas brasileiras. Além disso, embasa em diversos teóricos do tema, algumas vezes separadamente e, em outros momentos, são entrelaçadas as ideias de uns com os outros, consolidando pontos fortes e demonstrando as contradições dessas doutrinas. Há a diferenciação do racismo no Brasil, na África do Sul e nos Estados Unidos, traçando diferenças e indicando a forma como cada uma dessas práticas modificou a realidade social em seus contextos (Munanga, 2005).

Superando o racismo na escola, o livro foi elaborado por Kabengele Munanga, por meio das ações do "Programa Diversidade na Universidade", que objetiva a defesa da inclusão social e o combate à exclusão social, racial e étnica, por intermédio do fomento de subsídios para a construção de políticas públicas com esse intuito. Nesse contexto, aborda o racismo dentro da educação básica a fim de diminuir o preconceito, enfocando na característica fundamental da construção do Brasil mediante a miscigenação de etnias e culturas Munanga, 2004; Lima, Carmo, Souza & Feitosa, 2019).

O Ministério da Educação (MEC) realizou a publicação da obra como forma de provocar uma discussão ampla entre professores e alunos, pois se percebeu que muitos não tiveram oportunidade de participar do debate sobre a diversidade racial ou não conferiram a devida importância para o tema. É fundamental que a discussão acerca da discriminação racial e sobre as estratégias de desconstrução do preconceito comece dentro das instituições de ensino. Dessa forma, o livro mostra-se importante, especialmente considerando a inexistência desse diálogo nas escolas de Educação Básica (Munanga, 2004; Lima, Carmo, Souza & Feitosa, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão racial envolve toda a sociedade brasileira e, nesse contexto social de opressão, as ações promovidas por grupos, movimentos, comunidade acadêmica buscam demonstrar e enfrentar a

face cruel do racismo. Assim, conhecer fontes mais relevantes é importante para a luta antirracista. Podemos, então, contribuir para a ampliação do tema na CI.

A sociedade, incluindo seus atores e instituições, está intrinsecamente envolvida no fenômeno do racismo, que se manifesta de forma endêmica na estrutura social global. Essa persistência decorre do legado histórico do colonialismo e do imperialismo, cujas dinâmicas de poder ainda influenciam as relações contemporâneas. O racismo e as iniciativas antirracistas configuram arenas de disputa política e social, nas quais a busca por justiça se torna essencial para viabilizar mecanismos de reparação e equidade.

Os EMI concentram-se em propriedades estatísticas e na descoberta de relações e princípios associados de objetos de informação, estruturas; enquanto processos buscam descobrir regularidades e relações em suas distribuições e dinâmicas para observar regularidades preditivas e formular leis. Dessa forma, a cientometria, um dos possíveis estudo de EMI, permite medir o crescimento científico, os fluxos informacionais e a difusão do conhecimento. As fontes mais citadas foram: Epistemologias do Sul (35); Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra (30); Superando o racismo na escola (30).

Podemos inferir que esta investigação contribui para a ampliação do tema racismo na Ciência da Informação ao robustecer as análises de temas transversais dentro da área, também por articular dois temas importantes para a CI, como a comunicação científica e a aplicação dos estudos métricos para analisar uma área do conhecimento, no caso a educação. No entanto a pesquisa possui seus limites, e, assim, podemos sugerir, como trabalhos futuros, a abordagem da questão de quais autores e obras dentro da CI estão mais alinhados ao tema e quais as universidades possuem mais trabalhos publicados sobre a questão racial dentro da CI.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. Ciência da Informação, v. 36, n. 3, p. 9-16, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v36i3.1161>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Capes. Educação e ciência. CAPES é responsável por 75% das bolsas de pós-graduação do País. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-e-responsavel-por-75-das-bolsas-de-pos-graduacao-do-pais>. Acesso em: 17 abr. 2024.

COSTA, Fernanda Carla da Silva; MELO, Daniela Alvez de. Racismo é (só) falta de informação?: caminhos entre informação e desinformação. Folha de Rosto, v. 7, n. 1, p. 177-194, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/669/531>. Acesso em: 2 out. 2024.

CURTY, Renata Gonçalves; DELBIANCO, Natalia Rodrigues. As diferentes métricas dos estudos métricos da informação: evolução epistemológica, inter-relações e representações. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 25, p. 1-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e74593>. Acesso em: 25 set. 2024. ISSN 1518-2924.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2005. 254 p. ISBN 85-7326-139-0.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=38698>. Acesso em: 29 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002. 152 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil? 2011. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-92QPQK>. Acesso em: 23 mar. 2024.

LIMA, Alexandre de Araújo; CARMO, Kaliny Custódio do; SOUZA, Maria Claudiane Cunha de; FEITOSA, Shayra Luany de Souza. Superando o racismo na escola. Revista em Favor de Igualdade Racial, v. 2, n. 2, p. 106-115, 2019.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 2, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/rz3RTKWZpCxVB865BQRvtmh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MOURA, Maria Aparecida. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: impactos na manutenção do acervo bibliográfico da Fundação Cultural Palmares. Liinc em Revista, v. 17, n. 2, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5789. Acesso em: 10 out. 2024.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204 p.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 150 p. (Coleção Cultura e Identidade Brasileira). ISBN 8575261274.

PAIVA, Marília Luana Pinheiro de. Um olhar sobre “Epistemologias do Sul” de Boaventura de Sousa Santos. Revista Brasileira Multidisciplinar, v. 18, n. 1, p. 199-205, 2015. DOI: 10.25061/2527-2675/ReBrAM/2015.v18i1.349. Disponível em: <https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/349>. Acesso em: 11 maio 2024.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. p. 35-45. ISBN 987-85-6073-10-7.

ROSAS, Fabio Sampaio; ALMEIDA, Cátia Candida de; SILVA, Deise Deolindo. Indicadores de citação. In: GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini et al. (org.). Tópicos da bibliometria para bibliotecas universitárias. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2020.

SANTANA, Carlos. Abdias do Nascimento: atuação de um negro no Parlamento brasileiro 1983-1986. Revista Digital Simonsen, Rio de Janeiro, n. 2, p. 101-108, maio 2015. Disponível em: https://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2015/05/Revista-Simonsen_N2-Carlos%20Santana_Historia.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

SANTOS, Adilson Pereira dos. Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras. 2018. 222 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AWKLJUJ>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. Sociologias, v. 18, n. 43, p. 14-23, set. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria de Paula (org.). Epistemologias do Sul. Perdizes, SP: Cortez, 2010.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. 394 p. ISBN 987-85-6073-10-7.

SARACEVIC, Tefko. Information science. In: BATES, Marcia J.; MAACK, Mary Niles (ed.). Encyclopedia of Library and Information Science. New York: Taylor & Francis, 2009. Disponível em: <https://tefkos.comminfo.rutgers.edu/SaracevicInformationScienceELIS2009.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

SILVA, José Aparecido da; BIANCHI, Maria de Lourdes Pires. Cientometria: a métrica da ciência. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 11, n. 21, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2001000200002>. Acesso em: 24 set. 2023.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Análise das informações étnico-raciais a partir dos estudos métricos da biblioteconomia: um olhar cienciométrico. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 18, n. 1, p. 814-828, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/73595>. Acesso em: 14 jul. 2024.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sonia. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. Em Questão, v. 9, n. 2, p. 295-307, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/11712>. Acesso em: 23 maio 2024.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. p. 307-334. ISBN 987-85-6073-10-7.